

# PROGRAMA PARA A POLÍCIA CIVIL

Uma contribuição da Ugeirm Sindicato dos  
Escrivães e Inspetores de Polícia, para a qualificação e avanço do  
serviço de segurança pública no nosso Rio Grande do Sul.

Com a finalidade de colaborar para melhoria nos serviços da Polícia Civil, a Ugeirm  
Sindicato reuniu uma serie de pontos que resultaram da vivencia de seus dirigentes  
somada à colaboração de todos os policiais civis gaúchos nas suas atuações em busca de  
melhor qualidade na segurança pública.

Neste conjunto de propostas vem, de maneira responsável e  
respeitosa, apresentar-se aos candidatos ao governo  
do estado do Rio Grande do Sul nestas  
eleições do ano de 2018.

**UGEIRM**  
SINDICATO DOS AGENTES

# ATENÇÃO AO CIDADÃO

## 1 - ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO EM TODAS AS OCORRÊNCIAS

Respeito à individualidade e intimidade do cidadão. Responsabilidade e técnica na absorção de notícias crime. Dedicção total no acolhimento ao cidadão. Esses devem ser princípios norteadores do atendimento prestado nas delegacias. Não é mais cabível que em pleno século XXI o nosso povo seja atendido num balcão em delegacia, como se fosse comprar um punhado de caramelos.

O serviço da Polícia Civil é de atendimento às pessoas vítimas, principalmente e, assim deve ser encarado. Nosso papel social deve ser de "acolhimento" do cidadão. Devemos criar o melhor clima possível para as pessoas que chegam a uma delegacia, na sua grande maioria muito abaladas. Não podemos descuidar ou ampliar a sua condição de vítima.

Precisamos ser cuidadosos no atendimento para colher o máximo de informações possíveis de modo a auxiliar na boa investigação e solução dos casos a nós apresentados. E, além disso, precisamos preservar a individualidade das vítimas, evitando os registros feitos na presença de outras tantas vítimas que aguardam por atendimento em nossas delegacias. As salas de registro de ocorrências precisam urgentemente ser adequadas ao atendimento individualizado do cidadão. Sem descuidar da segurança do policial.

## 2 - RACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

O cidadão precisa ter o seu direito de noticiar fatos criminosos com a maior agilidade e presteza. Isso pode inclusive reduzir a subnotificação de crimes. O registro de ocorrência policial pela internet precisa ser reconhecido como um direito da cidadania e não como um atributo condicionado a leitura e aprovação de um profissional da segurança pública. Há meios de controlar exageros.

Todo registro de ocorrência eletrônico, em que conste identificação e qualificação do comunicante, deve ser liberado para impressão instantânea ao cidadão. Isso poderá aumentar o número de notificações, aproximando mais dos números reais e reduzirá a necessidade de polícias qualificados para o serviço investigativo, ficarem presos a burocracia desnecessária.

## 3 - ESTABELECIMENTO TÉCNICO PARA ABERTURA DE NOVAS DELEGACIAS

A abertura de uma delegacia de polícia não pode ser obra de acasos ou da vontade de apadrinhados políticos. Precisa obedecer a critérios de modo a não criar uma falsa expectativa do serviço de segurança que de fato não virá se instalarmos uma delegacia sem um efetivo e uma estrutura mínima. Não podemos ter delegacias com apenas um ou dois policiais. A polícia precisa ser

respeitada nas suas necessidades e uma das principais é ter critérios para abertura de novas delegacias e adequação daquelas abertas de forma irresponsável. Nova delegacia? Novos policiais! Ampliação do número de órgãos exige a ampliação do quadro de policiais. A polícia pode estabelecer esses critérios pelo desenvolvimento de pesquisa técnica e deve ser respeitada na sua análise.

## 4 - ESTRUTURAÇÃO DAS DELEGACIAS E DEMAIS ÓRGÃOS

É urgente rever a estrutura física das delegacias de polícia, pois uma boa parte está em prédios inadequados, sucateados e em condições insalubres. As condições são ruins tanto para os policiais que ali trabalham quanto para quem procura a Polícia Civil

e é constrangido porque os prédios não oferecem individualização no atendimento, nem condições de receber o cidadão. O planejamento deve partir de um levantamento das condições atuais das delegacias e órgão administrativos.

## 5 - PLANO DE RECUPERAÇÃO DO EFETIVO POLICIAL

Qual o número ideal de policiais para o RS? Qual é a realidade hoje? Qual é a capacidade do Estado em recuperar o efetivo nos próximos quatro anos? Planejamento. Essa é a ordem. Não é mais possível que fiquemos à mercê da boa vontade dos gestores. Afinal,

segurança é prioridade. É preciso desenvolver um plano de recuperação do efetivo policial para os próximos 10 anos. A polícia tem total capacidade de formar esse número de policiais.

## 6 - FORTALECIMENTO DAS DPPAS, EQUIPES VOLANTES E FIM DO SOBREVISO

O atendimento imediato às ocorrências graves e que exijam rápida intervenção da Polícia é o alvo das equipes volantes da Polícia Civil. Tanto na região metropolitana, quanto no interior. Nas cidades onde não há atendimento 24 horas, as equipes volantes regionais representam ganho para a cidadania e solução para o chamado "plantão de sobreaviso", que escraviza e coloca em risco o policial lotado nessas cidades. A criação de equipes volantes onde ainda não existem é essencial para um governo que realmente se preocupa com a segurança pública.

É urgente o fortalecimento das equipes volantes já existentes, garantindo o suporte necessário para a plena execução de sua tarefa pública. No interior, as equipes volantes são ligadas às Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento - DPPAs. Sendo melhor estruturadas, será possível acabar com os plantões de sobreaviso, prática não regulamentada em lei que obriga agentes policiais a cumprirem jornadas de trabalho desumanas. Em delegacias menores, os agentes ficam até 30 dias de serviço sem direito à remuneração ou folga correspondente.

## 7 - ACADEMIA DE POLÍCIA

O tempo para a formação do policial não pode ser dado pela agenda política, mas sim deve considerar o tempo necessário para a boa preparação dos policiais. Adequar o tempo do curso, hoje insuficiente para viabilizar uma formação de qualidade aos que ingressam na carreira e garantir trabalho de formação permanente aos policiais.

E para isso, defendemos um processo de descentralização da Academia, com unidades

no interior, facilitando a participação de todos e todas neste processo de qualificação. Além de avançar na formação dos novos policiais, a nossa Acadepol deve estar voltada aos policiais já formados. Que a cada período, sejam obrigatórios cursos de atualização coordenados pela Academia. A Acadepol precisa estar destacada no organograma da Secretaria de Segurança Pública. Ganham a sociedade e a Polícia, melhorando sua atuação.

## 8 - FORMAÇÃO PARA GESTOR

Gestor de segurança pública com formação em direito? Nada sobre gestão de pessoal e sobre comportamento humano como sociologia, psicologia, antropologia, ciências

que estudam as orientações, influências e motivações das pessoas? É preciso buscarmos técnica na gestão e operação de segurança pública.

## 9 - MUDAR O QUALIFICAR

A meritocracia é um crime se aplicado ao serviço de segurança pública. Trabalhar com segurança pública exige cumplicidade, união, confiança entre os operadores. Qualquer pessoa que já operou segurança sabe disso. Colocar uma delegacia contra outra na disputa por pontos meritórios e um bônus salarial é começar a matar lentamente o espírito de corpo necessário da uma ação policial exitosa. Não se investiga sozinho. Não se prende sozinho. E principalmente, não se

enfrenta o crime organizado, sozinho.

O programa Qualificar da Polícia Civil é uma tentativa de meritocracia disfarçada e já causa mal e gera conflitos entre os policiais. Já se vê policiais brigando por ocorrência por que precisa somar mais pontos, ao invés de se ter duas, ou mais, delegacias trabalhando juntas para reduzir o crime. Não se trabalha para a resolução dos crimes, mas sim para se atingir um determinado número de pontos.

## 10 - NOVO MODELO DE ATUAÇÃO DA PC, FOCADO NA INVESTIGAÇÃO

A Polícia Civil tem trabalhado há décadas reservando o seu maior efetivo para a conclusão de casos com autoria conhecida e prisões em flagrante. Com isso os crimes sem autoria acabam ganhando pouco atenção. É preciso desburocratizar o Inquérito Policial,

tornando-o mais célere e prático. Nosso efetivo policial precisa ser direcionado para os crimes sem autoria conhecida, em especial àqueles contra a vida ou com grave ameaça à integridade física das pessoas.

## 11 - PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO

Não podemos mais analisar índices de criminalidade considerando apenas os dados coletados apenas pelo registro de Boletim de Ocorrência. Há uma enorme cifra de crimes que não são registrados e não chegam ao conhecimento do poder público, na chamada

subnotificação. Precisamos anualmente trabalhar com pesquisa de vitimização para que possamos visualizar gráficos mais próximos da realidade e assim melhor orientar políticas públicas de segurança.

## 12 - CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública precisa fazer frente aos desafios contemporâneos impostos pela dinâmica de uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada. Nesse processo, a criminalidade também assume novas e complexas conformações.

O enfrentamento desses desafios demanda um esforço por parte da sociedade e das instituições que compõem a segurança pública.

Nessa mesma perspectiva sugerimos a realização de Conferências estaduais de segurança pública em que sejam discutidas com a população, as políticas de segurança pública para o Rio Grande do Sul, levando em consideração as demandas e as especificidades locais de cada comunidade e dos operadores de segurança.



## 13 - DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER E A REDE DE ATENDIMENTO

O serviço de atendimento especializado à mulher é a garantia de superação da cultura do machismo e da violência. Mas para isso é preciso ser visto como prioridade. As estruturas físicas e de pessoal devem atender a demanda, ou corre-se o risco de cair em

descrédito. E para além disso, definitivamente, é preciso a constituição de toda a rede de proteção que poderia vir através da criação de um Centro Interdisciplinar de Atendimento à Mulher.

## 14 - RETIRAR PRESOS DAS DELEGACIAS

Presos acorrentados nas calçadas à frente das delegacias do RS. Cidadãos vítimas de crimes tendo que dividir espaço com criminosos para registrar sua ocorrência. Policiais expostos a possíveis ataques contra as delegacias de polícia. Ambientes inapropriados para a tutela de criminosos e efetivo de policiais inexpressivos para enfrentar qualquer ataque

que possa haver contra uma delegacia onde haja presos recolhidos, como é o caso do nosso Palácio da Polícia.

É urgente que se cumpra a lei. Delegacia não é presídio. Delegacia não é lugar para cumprimento de pena. O cidadão e o policial não podem ser exposto à maneira como vêm sendo atualmente no RS.

## 15 - MODERNIZAR O SISTEMA CONSULTAS INTEGRADAS

Qualificar o serviço de Inteligência! Essa é a finalidade do sistema Consultas Integradas. O Consultas Integradas deve disponibilizar todas as abas de consultas ao mesmo tempo. Desde indivíduo, até preso, Detran, flagrantes, CEEE, etc, em todas as consultas, como forma de oferecer caminhos para a investigação, bem como padronizar as pesquisas.

Há que se criar o Banco(ou campo) de flagran-

tes para consulta em bloco e busca de suspeitos, por data, tipos, circunscrição, etc. Hoje, 93% dos presos do Presídio Central de Porto Alegre chegam por prisão em flagrante. Esse é um olhar indispensável para um trabalho de inteligência policial.

Buscar convênios com operadoras de telefonia e demais concessões públicas para inclusão no sistema de Consultas Integradas.

# ATENÇÃO AO POLICIAL

## 1- FIM DO ATRASO DE SALÁRIOS

Um governo que realmente priorize a segurança pública não deixa os policiais sem salário enquanto quita seus compromissos com empresas privadas, por exemplo.

Priorizar segurança pública seria primeiro garantir o salário dos policiais, para depois pensar em gastar milhões em propaganda em empresas de comunicação. Queremos ser prioridade no discurso e na prática.

## 2- PARIDADE E INTEGRALIDADE SALARIAL AOS POLICIAIS

Os policiais civis são obrigados por lei a doar sua vida na defesa da vida dos cidadãos gaúchos. E por essa característica a constituição prevê um tratamento especial aos policiais. Há uma tentativa de retirar esse direito dos policiais. A paridade e a integralidade salarial dos policiais na sua aposentadoria é o reconhecimento da importância da função policial para a sociedade.

Nossa constituição já reconhece o empenho dos policiais para a sociedade, é preciso que o governo deixe isso bem fortalecido, aos moldes do que preconiza a Lei Complementar 51/85.



# ATENÇÃO AO POLICIAL

## 3- VERTICALIDADE, SALÁRIO NA PROPORÇÃO CERTA PARA TODOS

A Polícia Civil, historicamente, teve os padrões salariais de todas as carreiras que a compõem, relacionadas por índices verticais que vão desde o delegado de polícia de final de carreira, até o escrivão/inspetor de início de carreira. Essa relação é conhecida e chamada de Verticalidade e serve para garantir uma proporcionalidade entre todos os salários, sempre que houver reposição.

A Verticalidade garante uma valorização ao conjunto dos policiais e nunca apenas a um cargo ou carreira. Não há dúvidas sobre a contribuição dos escrivães e inspetores para o bom andamento do serviço de investigação criminal. Todos, agentes e delegados, possuem escolaridade de nível superior e formam a base da Polícia Civil e como tal merecem tratamento isonômico. Ninguém perde com o estabelecimento da Verticalidade, e quem mais ganha é a Polícia Civil que passará a ter todas as suas carreiras valorizadas.

## 4- IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA

Sabidamente, os agentes de polícia efetuam suas atribuições bem como outras tantas que não lhes caberiam, como relatórios, tomada de depoimentos, medidas protetivas, autuações em flagrante, etc. Além do mais, os escrivães e inspetores já tiveram reconhecidas em lei às suas atribuições como sendo de nível superior, lei 14.073/12, artigo 5º, o que nos obriga também proceder na atualização destas atribuições que hoje não dialogam com a realidade, nem mesmo com o tempo histórico da sociedade e da polícia. Precisamos também de carreiras dinâmicas que permitam ascensão para todos e todas e em igualdade de postos entre agentes e delegados. Hoje, os agentes tem uma classe a mais, o que resulta em maior tempo para a chegada ao final da carreira. A modernização da polícia depende de um novo Plano de Carreiras.

# ATENÇÃO AO POLICIAL

## 5- INSTITUIR UMA DATA BASE SALARIAL PARA OS POLICIAIS

O estabelecimento de uma data base para que governo e categoria sentem à mesa para debater salários é procedimento básico para um gestor que respeita os operadores da segurança pública. As relações salariais precisam ser regradas e claramente estabelecidas como em todo o universo do trabalho.

## 6- PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL

A pesquisa sobre o trabalho aponta a função policial como uma das que mais causam prejuízo à saúde de seus trabalhadores. E que pode ser agravado por outros fatores como a aguda falta de efetivo e a falta de condições estruturais de trabalho. Por isso, temos a necessidade de um programa qualificado de atenção integral à saúde física e mental dos trabalhadores da segurança. É de elevada importância para a qualidade de vida dos agentes policiais e se reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Assim, queremos o compromisso do(a) candidato (a) na implementação deste programa.

## 7- PLANTÃO DE 24/72H É DESUMANO

No distante ano de 2005 os policiais civis gaúchos plantonistas, através da Ugeirm Sindicato, conquistaram o direito a trabalhar em escalas contínuas de 12 horas, posto que até então não poderiam haver escalas com tempo inferior a 24 horas. Essa foi uma conquista dos trabalhadores da polícia, mas a maior conquista, sem dúvidas, foi da sociedade gaúcha.

Não há organismo humano que suporte anos e anos trabalhando durante 24 horas. O cansaço obviamente resulta em redução na qualidade do atendimento. Por isso, é preciso que a Polícia Civil supere esse ultrapassado regime de trabalho de 24 horas contínuas. Escalas de 12 horas resultam em melhor qualidade e eficiência no serviço e melhor qualidade de vida aos policiais.

# ATENÇÃO AO POLICIAL

## 8- RETORNO DOS AGENTES DE POLÍCIA AO CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA

Há poucas décadas atrás o Conselho Superior de Polícia era composto por representantes de todos os cargos que compunham a instituição. A partir do decreto 28.307 de 13 de fevereiro de 1979 os escrivães, inspetores e investigadores foram excluídos do Conselho. O acento ao posto de Conselheiro foi equivocadamente restrito aos delegados de polícia, ou seja, restrito a apenas um dos cargos que compõe a carreira policial.

Hoje a polícia é toda formada por servidores de nível superior e todos são operadores do direito. Não há diferenciação intelectual entre os cargos de agentes e de delegados.

Esse erro precisa ser corrigido e retomada a formação anterior que garantia a participação completa de todo o corpo policial na composição do órgão máximo de análise do comportamento policial.

Queremos paridade entre as carreiras da Polícia Civil para assento no Conselho Superior de Polícia.

## 9- LEI DO ASSÉDIO MORAL

O assédio moral no serviço público constitui fato grave. É responsável pelo adoecimento e afastamento de vários servidores. Na polícia, devido a complexidade do trabalho e ao perigo constante a que são submetidos os agentes de polícia, o assédio moral torna-se ainda mais nocivo. Solicitamos a construção de projeto de lei que combata e previna o assédio moral no serviço público.

# ATENÇÃO AO POLICIAL

## 10- REFORMA DO ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL

(Lei 7366/80 anterior a constituição)

Nosso estatuto está ultrapassado. Primeiro por que não garante horizontalidade de direitos entre os policiais, mas também por que não garante horizontalidade de direitos com a cidadania. É urgente que o Estatuto da Polícia Civil seja atualizado para os tempos de democracia.

## 11- PARIDADE PARA AS PENSIONISTAS É RESPEITO AO DIREITO DO POLICIAL FALECIDO

Toda vez que perdemos um policial em batalha a sociedade toda e o governo, se sensibiliza, se comove. A família que perdeu o policial é quem sofre mais com a perda do seu familiar. Primeiro pela dor da ausência do seu amado, mas também porque os governos insistem em não reconhecer o direito dos filhos e do cônjuge. Doamos nossa vida à cidadania. Fazemos juramento público em prol do cidadão. É preciso que na ausência do policial, a família fique assistida.

## 12- FG PARA CHEFE DE SETOR AOS AGENTES

A Polícia Civil precisa organizar seu organograma interno e regularizar as diversas funções de coordenação praticadas no dia a dia e que ainda não tiveram sua legalidade solucionada. As funções de Chefia de setor em cada delegacia precisam ser reconhecidas e retribuídas financeiramente.

# ATENÇÃO AO POLICIAL

## 13- PRONTO ATENDIMENTO AOS POLICIAIS FERIDOS EM SERVIÇO

O policial é cidadão? E quando é ferido não tem direito a atendimento imediato?

Pois bem, de nada adianta comemorar a aquisição de equipamentos modernos como aeronaves, e não ter essa estrutura a disposição dos policiais que enfrentam o crime.

É preciso que a administração policial se preocupe com a assistência ao policiais. E quando for planejada alguma Operação Policial, é preciso ser planejado também um atendimento de emergência aos feridos.




## 14 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

Fortalecer o IPE, garantindo seu caráter público. Melhorar a cobertura e expandir para o interior qualificando em regiões com deficiência como Caxias do Sul, por exemplo.

# UGEIRM

SINDICATO DOS AGENTES

UGEIRM SINDICATO DOS AGENTES DA POLICIA CIVIL-RS  
FUNDAÇÃO : 20/03/1980  
CNPJ: 90.942.863/0001-70  
Rua Lobo da Costa, 480 - Farroupilha, Porto Alegre-RS, 90050-110  
TELEFONE: (51) 3225-1707 - E-MAIL: ugeirm@ugeirm.com.br

 (51) 99766.0396  Ugeirm Sindicato  @ugeirm\_sindicato

 @UGEIRMSINDICATO  Site Ugeirm